



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



**Sistemas Participativos de Garantia no estado do Rio de Janeiro, Brasil:
Para além da garantia das qualidades dos produtos orgânicos**
*Participatory Guarantee Systems in Rio de Janeiro state, Brazil:
Transcending the insurance of organic products quality*

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer¹, TUBENCHLAK, Fernanda^{2,3}, FONSECA,
Maria Fernanda de Albuquerque Costa^{4,5}, FELIPPE, Eiser Luiz da Costa⁵

¹PPGCIA-UFRJ, anapegorer@hotmail.com; ²PPGE-UFRJ, ³IIS, f.tubenchlak@iis-rio.org;

⁴PESAGRO-RIO, ffonseca@webcorner.com.br; ⁵PPGAO-UFRJ, eiser55@hotmail.com

Tema Gerador: Políticas Públicas e Conjuntura

Resumo

Sistemas participativos de garantia (SPG) e organizações de controle social são os mecanismos de garantia da qualidade de 90% dos produtores orgânicos no Rio de Janeiro. Esses sistemas consideram o controle social e a responsabilidade solidária como base para garantia da qualidade orgânica, porém seus benefícios extrapolam a geração de credibilidade. O presente trabalho analisa o cenário da construção e aplicação dessa tecnologia social nos grupos do SPG da Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro. Os resultados mostram crescimento do número de produtores orgânicos (352% em 6 anos), de metodologias participativas de pesquisa, de assistência técnica e formação em agroecologia e o fortalecimento das redes de atores. Os desafios estão em incorporar inovações para auxiliar nos registros e na rastreabilidade dos produtos, aproximar produtores, consumidores, cientistas e extensionistas, viabilizando o acesso a produtos orgânicos em larga escala e maior controle social.

Palavras chave: certificação orgânica; políticas públicas; avaliação da conformidade orgânica, controle social

Abstract

Participatory Guarantee Systems (PGS) and Social Control Organizations represent 90% of the assurance mechanisms of organic producers in Rio de Janeiro state. These systems consider social control and joint responsibility as the basis for organic quality assurance, but their benefits go beyond credibility generation. This study analyses the scenario of social technology construction and application in the PGS groups of ABIO - Biological Farmers Association of Rio de Janeiro State. Results show the growth in the number of organic producers (around 352% in 6 years), participatory research methodologies, technical assistance and training in agroecology and the strengthening of stakeholder networks. The challenges are: incorporate innovations to assist in the records and traceability of organic products; bring producers and consumers, scientists and technical workers together, enabling the access to organic products on a large scale and greater social control.

Keywords: organic certification; public policy; organic conformity assessment, social control



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Introdução

Os princípios da agroecologia e da agricultura orgânica favorecem a produção de alimentos adequada ao manejo sustentável dos recursos naturais, a soberania alimentar, a segurança alimentar e nutricional da população e o fortalecimento das comunidades rurais (BRASIL, 2013).

A institucionalização da agroecologia e da agricultura orgânica no Brasil foi construída desde os anos 70, ganhando força a partir dos anos 90 por meio das redes sociotécnicas e políticas, incorporando inovação tecnológica com enfoque social. O Brasil foi o primeiro país do mundo a regulamentar mecanismos de controle da qualidade orgânica diferentes da certificação por auditoria. Essa regulamentação foi feita com base nas experiências de certificação participativa que já aconteciam por todo o Brasil, e que já haviam demonstrado sua credibilidade na região Sul, através da Certificação Participativa da Rede Ecovida (FONSECA, 2009).

Os SPGs abrigam diferentes métodos de geração de credibilidade, adequados a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas. A organização do SPG deverá cumprir as atividades determinadas pelo grupo, como os registros de manejo, visitas de pares, visitas de verificação entre outros (BRASIL, 2009). Ele é um organismo formado por membros interessados na certificação orgânica que promovem ações de interesse do grupo visando o seu fortalecimento e desenvolvimento.

A sociedade brasileira trabalhou fortemente junto às instâncias federais para incluir sistemas de garantia mais adaptados às nossas realidades dentro do Marco Legal Nacional da Agricultura Orgânica (Lei nº 10.831/2003). Deste contexto, emergiram os Organismos Participativos da Avaliação da Conformidade (OPACs) que operam os SPG e as Organizações de Controle Social (OCSs).

Os SPGs, segundo a legislação brasileira, são o conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, regida por princípios, normas de organização e de funcionamento, visando a assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende os regulamentos técnicos da agricultura orgânica e que este foi submetido a uma avaliação participativa da conformidade (BRASIL, 2009).

O presente trabalho analisa o cenário da construção e aplicação dessa tecnologia social nos grupos do SPG da ABIO - Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro, terceiro OPAC credenciado no MAPA em 2010 e único OPAC do Rio de Janeiro até o presente.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Metodologia

Foi feita uma análise histórica dos marcos que levaram a implantação do SPG da ABIO e um levantamento sobre o crescimento do número de produtores certificados no cadastro da ABIO, seu envolvimento na construção de redes sociotécnicas que culminaram com a construção de diversas iniciativas de construção do conhecimento agroecológico no Estado do Rio de Janeiro e contribuíram para o Marco Legal da Agricultura Orgânica no Brasil.

Resultados e Discussão

A ABIO fundada em meados da década de 80 nasceu como um movimento pioneiro de agricultura alternativa, e seus membros atuaram ativamente na construção do marco legal da agricultura orgânica no Brasil. A partir de meados da década de 90, a ABIO participou direta e ativamente do processo de regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, lutando pelo reconhecimento de mecanismos de controle da qualidade orgânica alternativos à certificação por auditoria. Se, por um lado, a certificação de produtos orgânicos, seguindo a regulamentação europeia e as diretrizes do *Codex Alimentarius* protegem os consumidores contra fraudes garantindo as qualidades do produto orgânico, concedendo-lhe uma condição de legalidade e aumentando o seu reconhecimento junto à sociedade, por outro lado, promove a exclusão de milhares de agricultores familiares do mercado orgânico, em razão da complexidade da certificação por auditoria, além do alto custo cobrado pelas certificadoras.

Pesquisadores da Embrapa, PESAGRO e UFRuralRJ, e muitos membros fundadores da ABIO, foram fundamentais para a geração de tecnologias, mas também na construção social dos SPGs dos mercados de produtos orgânicos, quer seja como captadores de recursos, elaboradores de políticas públicas ou mesmo atuando como os primeiros comerciantes e consumidores (FONSECA, 2000). Estes atores foram fundamentais também na construção da “Fazendinha Agroecológica do km 47” em 1992/1993 e na construção do projeto da Rede Agroecologia Rio (1998 – 2000), importantes marcos para construção do conhecimento agroecológico e incidência em projetos de pesquisa e extensão no estado. Este grupo teve participação ativa também no GAO (Grupo de Agricultura Orgânica), criado em 2002 e que conduziu a discussão dos regulamentos técnicos junto aos Ministérios do Governo e ao Congresso Nacional para a construção do Marco legal da Lei nº 10.831 de 2003.

A partir da publicação da Instrução Normativa de Mecanismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (IN 19/2009), definindo normas e diretrizes para atuação e credenciamento dos três mecanismos de garantia reconhecidos pela lei, a ABIO decide em



Assembleia Geral, implantar o Sistema Participativo de Garantia – SPG em sua rede de núcleos de produtores, que naquela época contava com 137 produtores reunidos em 11 Núcleos distribuídos em 12 municípios (FONSECA e colaboradores, 2011).

Em setembro de 2012, o número de grupos de SPG aumentou para 18, envolvendo 187 associados e 26 municípios. Em agosto de 2014, em levantamento feito no Seminário de Formação de Facilitadores do SPG-Abio, constatou-se um aumento do número de grupos de SPG para 20, envolvendo 270 associados em 38 municípios, sendo 3 do Estado de Minas Gerais (RIO RURAL, 2014).

Tabela 1: Evolução no número de agricultores certificados pelo SPG ABIO entre 2010 e 2016. Baseado em FONSECA (2011), RIO RURAL (2014) e ABIO (2016)

Quantidade	Abril 2010	Setembro 2012	Agosto 2014	Novembro 2016
Número de grupos	11	18	20	34
Número de Produtores	137	187	270	483
Número de Municípios	12	26	38	49

Já em novembro de 2016 a ABIO contava com 34 grupos, e 483 produtores certificados distribuídos em 51 municípios, 5 deles em Minas Gerais. No total, em 6 anos houve um crescimento de 309% no número de grupos, 352% no número de produtores certificados, e 425% em número de abrangência em municípios (ABIO, 2016).

O crescimento do número de grupos e agricultores evidencia a importância desse sistema para a transição agroecológica. Ao mesmo tempo, esse crescimento gerou novos desafios. O custo dos procedimentos envolvidos no SPG da ABIO, desde os trabalhos de visita e reuniões nos grupos, o acompanhamento técnico e os custos administrativos relacionados a Avaliação da Conformidade Orgânica vem crescendo junto com o aumento dos membros e dos grupos. O custo operacional é dividido pelos membros produtores a partir do recebimento do certificado, porém este processo pode levar de 5 meses a um ano em média, período no qual o novo membro gera custo para o sistema, porém não contribui para a associação. O valor pago pelos associados está entre 25% a 50% do custo médio de uma certificação por auditoria no Estado, porém o custo indireto investido nas atividades é alto, principalmente porque tira os produtores das suas atividades diretas de produção e comercialização.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



Com o maior acesso de produtores ao sistema, há uma necessidade maior de assistência técnica especializada, que não está disponível através dos órgãos de ATER públicos e privados. O crescimento da demanda por assistência técnica não é acompanhado pela disponibilidade de técnicos especializados, embora tenha crescido a formação destes técnicos no estado através de cursos como o Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica, PPGAOU/UFRRJ e programas de capacitação de técnicos e agricultores promovidos pelas instituições parceiras, notadamente Embrapa, Pesagro e Programa Estadual de Microbacias - Rio Rural.

Com a implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (BRASIL, 2013), aumentou também o número de projetos relacionados às pesquisas, ensino e extensão em Agroecologia, bem como o estímulo à criação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Centros Vocacionais Tecnológicos com foco no tema da agroecologia e produção orgânica. Estes projetos viabilizaram a execução de reuniões de trabalho, encontros para formação de produtores e técnicos, oficinas tecnológicas, todos voltados para o público envolvido com a agricultura orgânica do Estado. Estes eventos trataram principalmente de conteúdo tecnológico-produtivo.

Porém muitos gargalos não foram tratados, como a dificuldade de registros por grande parte de agricultores com pouca escolaridade, obrigatórios no processo de certificação e imprescindíveis para a rastreabilidade da produção, planejamento e controle de receitas e despesas. Questões relacionadas ao acesso e adequação aos mercados (preferencialmente nos circuitos curtos de comercialização), planejamento da produção, legalização e acesso aos insumos para produção, rotulagem e processamento de alimentos também são demandas ainda pouco trabalhadas.

O crescimento do número de produtores orgânicos (familiares ou não) e sua organização em grupos de produção e comercialização acompanharam e incentivaram o aumento da oferta de alimentos orgânicos e dos pontos de venda, tanto no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas no Rio de Janeiro criado em 2010, como em outros canais de venda no interior do estado, principalmente de venda direta em circuitos curtos de comercialização.

Conclusão

Ao longo dos anos, a implantação do SPG tem se provado um meio acessível para a entrada de agricultores familiares nos mercados de produtos orgânicos, gerando credibilidade e confiança entre seus membros e os consumidores.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



A estrutura descentralizada de decisão e os mecanismos de avaliação adotados no sistema participativo, com base no controle social e na responsabilidade solidária, podem ter sido alguns dos motivos para o maior acesso de produtores ao sistema e aumento da oferta de produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro.

Houve também um crescimento nas metodologias participativas de pesquisa, assistência técnica e formação em agroecologia e o fortalecimento das redes de atores envolvidos em todo o estado. O fortalecimento das redes sócio-políticas tem favorecido as interações com instituições de pesquisa, ensino e fomento, além de garantir o acesso a políticas públicas do Estado, pautando as demandas do movimento orgânico como prioritárias, dando relevância ao papel integrativo e gerador de desenvolvimento sustentável dos sistemas participativos de garantia orgânicos.

A construção de políticas adequadas às realidades sociais, apesar de demorada, contribuiu para o desenvolvimento sustentável e a adoção de novos modelos produtivos e comerciais, no campo e nas cidades. Os desafios estão em incorporar inovações para auxiliar nos registros e na rastreabilidade dos produtos orgânicos, e aproximar produtores e consumidores, cientistas e extensionistas, em prol das garantias das qualidades orgânicas e do acesso aos produtos orgânicos em larga escala.

Bibliografia

ABIO, 2016. ABIO em números: apresentação do setor de avaliação da conformidade Orgânica ao Conselho Técnico da ABIO, (apresentação oral), Seropédica, RJ, novembro de 2016.

BRASIL, 2013 - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Brasília, DF: MDS; CIA-PO, 2013. 96 p.

BRASIL, 2009 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Instrução Normativa 019/ 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica.

FONSECA, M.F. de A.C. et al., 2011. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: A Expansão da Venda Direta de Alimentos Orgânicos, o Controle Social, A Regulamentação da Agricultura Orgânica e os Princípios do Comércio Justo e Solidário. III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.

FONSECA, M.F. de A.C. et al., 2009; Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critério para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: Programa Rio Rural, 58 p. (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 1

Políticas Públicas e Conjuntura



FONSECA, M. F. de A. C., 2000. A construção social do mercado de alimentos orgânicos: estratégias dos diferentes atores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras *in natura* no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ/ICHS/CPDA, 210 p.

RIO RURAL, 2014. Relato do Seminário de Formação de Facilitadores do SPG - ABIO, em Nova Friburgo, 25, 26 e 27 de agosto de 2014. Produto nº 13 - Consultoria Processo nº E-02/001/586/13, Programa Rio Rural/SDS/SEAPEC. Niterói, 2014. 55 p.